

**OS MANUAIS DE ENSINO DE GEOGRAFIA
PRODUZIDOS NO PRIMEIRO TERÇO DO SÉCULO XX:
fontes e objetos de estudo**

*Márcia Cristina de Oliveira Mello*¹
marciamello@ourinhos.unesp.br

Resumo

Decorrente de pesquisa de abordagem histórica desenvolvida no curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Ourinhos/SP, apresentam-se resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado "História do ensino de Geografia no Brasil (1837-2013): orientações metodológicas destinadas aos professores. Neste artigo buscamos destacar a importância dos manuais de ensino de Geografia como fontes ou objetos de estudo, com destaque aos produzidos no primeiro terço do século XX. Abordamos o contexto da escola brasileira no período de produção e circulação dos manuais, assim como a concepção escolanovista neles contida. Enquanto instrumentos para divulgar, instaurar e controlar o processo educativo, os manuais revelam quais saberes metodológicos e princípios pedagógicos foram indispensáveis à prática docente da Geografia, como propunha a didática da Escola Nova.

Palavras-chave

História do ensino de Geografia, Manuais de ensino, Didática da Escola Nova.

**A GUIDEBOOK ON TEACHING GEOGRAPHY
PRODUCED IN THE TWENTIEHT CENTURY FIRST THIRD:
sources and study objects**

Abstract

Due to research of historical approach developed in the course of Geography, fostered by Universidade Estadual Paulista (UNESP), Ourinhos Campus-State of Sao Paulo, the research project partial results entitled "History of teaching Geography in Brazil" (1837-2013) are presented: methodology guidelines for teachers. In this article we went through to highlight the importance of geography textbooks as sources or study objects, especially those produced in the twentieth century first third. It is been addressed the context of the Brazilian school in the production and circulation of books, as well as the New School design contained therein. As publicizing instrument, stablish and control the educational process, those manuals reveal which

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Marília. Docente do Curso de Geografia da UNESP, Câmpus de Ourinhos/SP. Endereço: Rua Manoel da Silva Mano, 670 Vila Soares. CEP 19906-510. Ourinhos/SP.

methodological knowledge and pedagogical principles were indispensable to geography teaching practice, as proposed by the New School didactic.

Keywords

History of geography teaching, Teaching manuals, New School teachings.

Introdução

Decorrente de pesquisa de abordagem histórica desenvolvida no curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Ourinhos/SP, apresentam-se resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “História do ensino de Geografia no Brasil (1837-2013): orientações metodológicas destinadas aos professores”².

A investigação considera o movimento histórico que envolve a constituição dos modelos de escolarização das práticas culturais de ensino de Geografia. Buscando uma abertura interdisciplinar recorreremos, especialmente, aos trabalhos historiográficos educacionais preocupados com a problemática da cultura escolar.

Para André Chervel a escola produz uma cultura específica, singular e original. Desta forma, “[...] uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina [...]” (1990, p. 184).

Assim, as práticas escolares de Geografia resultaram/resultam não do mero acaso, mas de intenções previamente estruturadas que se materializaram/materializam em instrumentos para divulgar, instaurar e controlar o processo educativo. Dentre estes instrumentos, os manuais de ensino, vinculados a projetos editoriais, apresentam-se como suporte ao ensino das disciplinas escolares, produzidos a partir de programas oficiais e/ou registros escritos de planos de lições dos professores, além de relatos de experiências bem sucedidas, em uma sequência definida sob as formas de lições, tópicos, unidades etc.

A produção do conhecimento no campo da história do ensino de Geografia na escola brasileira vem ganhando um progressivo destaque, fomentado especialmente pelas pesquisas produzidas nos cursos de Graduação em Geografia e áreas afins, pelos programas de Pós-graduação em Geografia, Educação e áreas afins e pelos grupos de pesquisa já consolidados ou mesmo os emergentes em nosso país.

² Para os objetivos deste texto focamos o período relativo ao primeiro terço do século XX.

Dentre essas pesquisas, aquelas com abordagem histórica favorecem a compreensão dos contextos de produção das orientações metodológicas³, já que apontam para a variedade e complexidade de fatos históricos ocorridos no período ao qual delimitam seus objetos de estudo, como, por exemplo, a política de implementação de uma “cultura pedagógica” considerada “moderna”, a Psicologia e as reformas educacionais, a transformação da prática pedagógica por meio do esclarecimento aos professores e o destaque aos sujeitos que aspiraram a “projetos de educação”.

Com a devida cautela, buscamos identificar, dentre os estudos produzidos no campo, aqueles que optaram por eleger como fontes ou objetos de estudo os manuais produzidos no primeiro terço do século XX. A partir disso, examinamos quais saberes metodológicos e princípios pedagógicos foram indispensáveis à prática docente da Geografia, como propunham/propõem a didática da Escola Nova.

Os manuais escolares de Geografia produzidos no primeiro terço do século XX e tematizados no campo da pesquisa

No primeiro terço do século XX a orientação da “Geografia moderna” e os preceitos dos “métodos modernos de ensino” - da chamada Pedagogia científica - influenciaram a elaboração dos currículos escolares e a materialização de uma produção científica nacional divulgando o “novo” modo de se pensar o ensino de Geografia nas escolas, em formatos impressos, dentre eles os manuais de ensino.

Temos assim, como fontes historiográficas, uma multiplicidade de impressos cujos discursos pedagógicos revelam estratégias políticas, pedagógicas e editoriais de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos (CARVALHO, 2001).

Algumas pesquisas no campo da pesquisa em ensino de Geografia tematizam os manuais de ensino e os elegem como fontes documentais e objetos de estudo. Tomando como pressuposto que a constituição das disciplinas escolares se dá conjuntamente com a produção dos manuais, as pesquisas têm o intuito de compreender os modos pelos quais os saberes pedagógicos específicos foram transmitidos por meio de um tipo de texto comum e amplamente divulgado entre os professores.

Focando o período em que se difundiram, no Brasil, os preceitos da didática da Escola Nova para o ensino de Geografia, o estudo de Fátima Aparecida dos Santos (2005), orientado por Maria Rita de Almeida Toledo, analisa três impressos publicados

³ Nesta direção, destacamos os trabalhos de Oliveira (1967); Vlach (1988); Pontuscka (1994); Ferraz (1995); Rocha (1996); Pinheiro (2003; 2005); Santos (2005); Pessoa (2007); e Albuquerque (2011).

entre os anos de 1925 e 1930, representativos das prescrições escolanovistas destinadas aos professores de Geografia. São eles: *Methodologia do ensino geographico: introdução aos estudos de Geographia moderna* (1925)⁴, de autoria de Delgado de Carvalho; *Como se ensina Geografia* (1928), de Firmino de Proença; e *Didáctica: nas escolas primárias* (1930), de João Toledo.

A pesquisadora estruturou sua análise por meio de dados biográficos sobre os autores; da descrição física de cada um dos três manuais e seus aspectos relacionados a organização dos conteúdos de ensino; a proposta de ensino veiculada nos manuais; e, por fim a estratégia de circulação e divulgação dos manuais na imprensa periódica educacional brasileira.

Methodologia do ensino geographico (1925), escrito por Delgado de Carvalho traz, como sugestão metodológica, iniciar as temáticas de estudo pelo meio em que vive o aluno. O método apresentado pelo autor consistia em descrever a realidade estudada de forma objetiva, depois de ter sido vivenciada. Se tornou um clássico e alcançou *status* de modelo oficial adotado no sistema educacional brasileiro. Carvalho pretendia romper com a orientação metodológica antiquada e obsoleta da Geografia clássica e propor uma forma de ensinar adequada aos princípios escolanovistas.

Como se ensina Geografia (1928), de Firmino de Proença traz, especialmente planos de lições. Destinados aos professores das escolas primárias e aos professorandos da Escola Normal, o manual destacava a importância do uso abundante de material pedagógico como recursos importantes e o amor à pátria como conteúdo evidente de ensino. Proença pretendia ainda que os professores tivessem conhecimento dos fundamentos e princípios da educação.

Em Didáctica: nas escolas primárias (1930), João Toledo, contrapôs os princípios da escola tradicional aos da Escola Nova. Segundo o autor, a Geografia poderia contribuir para a formação cívica e moral do povo. Desta forma, a universalização de uma cultura escolar se identificava com a modernidade buscada pela sociedade brasileira à época.

Analisando os três manuais escolares aqui evidenciados Santos (2005), destaca que todos tinham como orientação aos professores a premissa da “atividade do aluno” como ponto de partida para as aulas de Geografia. Assim, a aprendizagem poderia ocorrer por meio de algo concreto, que possibilitasse observar a natureza ou da

⁴ Optamos por manter a ortografia de época nos títulos dos manuais e nas citações diretas contidas na escrita deste texto.

manipulação direta de materiais pedagógicos para terem lembranças de paisagens ou compreender elementos geográficos.

Portanto, os manuais produzidos por Carvalho, Proença e Toledo expressam, especialmente, orientações metodológicas relacionadas à didática da Escola Nova e fizeram a diferença no período.

Ao serem tomados como objetos e fontes para pesquisas no campo do ensino de Geografia ganham credibilidade como fontes historiográficas e se tornam elementos importantes na compreensão de aspectos ainda pouco explorados da história da disciplina.

A pesquisa de Santos (2005) inaugura um modo de se delinear o levantamento e a catalogação de manuais de ensino de Geografia. No campo acadêmico da pesquisa em Geografia é incipiente a formulação de programas de investigação que propiciem análises a partir destes objetos físicos.

Considerando a cultura escolar como conjuntos de normas e práticas que definem “o que ensinar” e o “como” coordenar o ensino, é importante contextualizar estes conjuntos de saberes para além dos limites da escola, buscando identificar aspectos das relações com o espaços e tempos escolares, pois, a partir deles podemos compreender a cultura escolar das diferentes épocas.

Neste sentido, destacamos alguns aspectos da escola brasileira, no período em que os primeiros manuais de ensino de Geografia brasileiros foram produzidos.

Aspectos da escola brasileira do primeiro terço do século XX

A cultura escolar tem se constituído enquanto importante categoria de análise para a compreensão da história das disciplinas escolares, compostas por diversos componentes. Para Chervel (1990, p. 202) “[...] o primeiro na ordem cronológica, senão na ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos.”

No primeiro terço do século XX o caráter de roteiro de conteúdos dos manuais, e mesmo de referência da prática pedagógica em sala de aula, operou como estratégia de transformação da prática docente, a luz dos preceitos escolanovistas. Assim, os manuais legitimaram-se como “[...] um saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico.” (CARVALHO, 2001, p. 139).

Considerando a relação entre a sociedade brasileira, a escola e a então Pedagogia científica “[...] a escola foi marco a sinalizar a ruptura que se pretendia entre um passado sombrio e um futuro luminoso.” (p. 139).

Como nos lembra Maria Luiza Marcílio (2005) “[...] no Brasil em 1920, 80% [da população], ou seja, 24 milhões de brasileiros, não sabiam ler e escrever. Mesmo no ‘afamado Estado de São Paulo apenas cerca de 20% das crianças em idade escolar se achavam efetivamente matriculadas nas escolas’” (p. 161).

Diante desse quadro vexatório no que se relaciona a escola paulista [e brasileira], das primeiras décadas do século passado, que os reformadores do ensino procuram expandir a escolarização. Após os anos de 1920, intensifica-se um movimento de mudanças no aparelho escolar paulista, especialmente pela proposta de renovação pedagógica. Tal renovação representa uma reação de crítica aos padrões culturais e educacionais vigentes até então em nossa sociedade. Buscam-se analisar a finalidade da instituição escolar, para articulá-la a um processo de reconstrução social por meio da reforma da educação.

Nesse período, tem-se um crescimento da demanda social de educação, conforme pode ser visualizado no Quadro 01 abaixo.

Instituição	1920	1930	1936
Grupos escolares	245	514	605
Escolas isoladas	1.117	2.218	3.774
Unidades escolares	4.637	8.219	10.836

QUADRO 01 – Crescimento da criação de Grupos escolares, Escolas isoladas e Unidades escolares, entre 1920 e 1936, no Estado de São Paulo

Fonte: *ANUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)*, 1936, p. 108.

Pode-se perceber que de 1920 a 1936 tem-se um ritmo acelerado de criação de instituições escolares no Estado de São Paulo; conseqüentemente, um aumento crescente de matrícula no ensino primário, conforme se verifica no Quadro 02 a seguir.

Esfera de ensino	1920	1925	1930	1935
Ensino municipal	15.090	12.638	16.413	21.083
Ensino particular	52.900	69.212	80.921	67.881
Ensino estadual	194.772	338.655	356.292	452.068
Total	262.762	420.505	453.626	541.032

QUADRO 02 – Crescimento da matrícula inicial entre 1920 e 1935, no Estado de São Paulo
Fonte: *ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)*, 1936, p. 110.

A expansão do sistema escolar paulista, que oferecia um curso primário com duração de quatro anos nos Grupos escolares, e, de três anos nas Escolas isoladas, não acompanha o ritmo acelerado da taxa de crescimento da população. “O recenseamento escolar de 1934 verificou a existência de 1.137.091 crianças de 7 a 13 anos, para uma população geral de 6.433.327. A proporção, pois, de 17,50%.” (*ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo*, 1936, p. 105).

Considerando que era necessário “tirar o cidadão comum do analfabetismo”, a expansão da escola paulista é acompanhada por um gradativo aperfeiçoamento dos processos de ensino, de um reajustamento do aparelho de direção, além de um controle dos serviços do ensino, enfim, “[...] busca-se um ideal civilizador para transformar a situação do “atraso” do sistema de ensino.” (MARCÍLIO, 2005, p. 160).

Neste processo a disciplina de Geografia que no momento procurava se consolidar como disciplina científica, também se alinhou aos ideais de mudanças e rupturas como vetor histórico de transformação. Como aponta Rocha (1996), “[...] exacerbou-se na geografia escolar um caráter de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico [...] não sendo por acaso que seu ensino passou a ser obrigatório em todas as séries de escolarização [...]”. (p. 251).

Para um Brasil novo uma “Escola Nova”

A escola cresce quantitativamente em meio a descontinuidade política e aos embates ideológicos, com base em novas ideias sobre educação. Uma das marcas dessa expansão é a preparação do quadro de especialistas em educação para introdução de métodos de ensino adequados para superar os problemas enfrentados (MARCÍLIO, 2005).

O discurso civilizatório gasto gera um vazio de proposições e atitudes, possibilitando o aparecimento de um novo discurso ruidoso e impetuoso, cujos

temas arrebatadores indicam a presença de uma vanguarda que se representa como grupo novo nascido fora da tradição [...]. (MONARCHA, 1999, p. 297).

Esse “novo grupo”, acompanhando as modificações de ordem econômica e social, baliza a “[...] expansão de uma nova literatura educacional, com a presença dos ‘educadores profissionais’ e com os debates sobre ensino, educação e Pedagogia [...]” (MORTATTI, 2004, p. 61).

Assim, esses educadores conhecidos como “educadores pioneiros”⁵ ou “reformadores liberais” formularam propostas para a área educacional. Vale ressaltar que a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada em 1924, no Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais, do qual faziam parte, Heitor Lira, José Augusto, Antônio Carneiro Leão, Venancio Filho, Everardo Backeuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Delgado de Carvalho, e tinha como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores brasileiros para os problemas enfrentados pela escola pública, indicando a necessidade urgente de se tomarem medidas para tentar solucionar tais problemas. Essas medidas estavam relacionadas com a implantação de uma “nova” maneira de conduzir a educação.

Na campanha cívica pela “*causa educacional*” que se desencadeia no Brasil, nos anos vinte, sob os auspícios da *Associação Brasileira de Educação* (ABE), o escolanovismo ganha, cada dia, mais adeptos. A sedução que exercia era grande, pois seus métodos centrados na atividade do aluno eram vistos como mais eficientes [...]. (CARVALHO, 1997, p. 68-69, grifos da autora).

Os “renovadores” criticavam o ensino “formalista”, vinculado à transmissão da cultura clássica.

A vertente da pedagogia contemporânea conhecida como Escola Nova representou, em sentido amplo e conforme as palavras dos próprios protagonistas, um novo tratamento dos problemas da educação, elaborando um conjunto de princípios com o objetivo de rever as chamadas formas tradicionais de ensino, em particular a pedagogia de cunho herbartiano. [...] A Escola Nova, que, de início, nos coloca perante um projeto de reformulação pedagógica, aos poucos se revela como a emergência de uma nova Pedagogia social, uma teoria de amplo alcance programático cujo objetivo era a construção do Homem Novo e da Boa Sociedade [...]. (MONARCHA, 1989, p. 11-17).

Em decorrência dessa revisão crítica são apontadas novas concepções sobre sociedade, homem, criança/aluno, e conseqüentemente, sobre o ensino e sobre a aprendizagem.

⁵ Expressão utilizada por Helena Maria Bousquet Bomeny (2001).

A nova concepção de aluno tinha em vista promover o desenvolvimento “natural” do educando, possibilitando a sua “formação da personalidade”, o que alterou todo o aspecto interno da escola primária.

Decorrente dessa concepção de educando, o novo conceito de aprendizagem baseia-se nos interesses e necessidades da criança, em que o importante não é aprender coisas, mas aprender a observar, a pesquisar, a pensar, enfim “aprender a aprender”.

Já nos anos de 1930, após as mudanças políticas, quando Getúlio Vargas assume o governo federal “[...] através do movimento que parte da historiografia denominou ‘Revolução de 30’” (MATE, 2002, p. 84), quando:

Os espaços políticos instituídos a partir do governo Vargas abrem-se para os *renovadores*, cuja produção e experiência vinham compondo um *corpus* teórico traduzido em regulamentações e normas elaboradas através das reformas de 20. (p. 94, grifo da autora).

Representativo desse movimento, como se sabe, é o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. A revista *Educação* publicou o texto “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, no volume 6, números 1-2-3, de 1932, cujos escritos contêm os princípios, as bases e as diretrizes necessárias à reforma do sistema educacional.

De acordo com Fernando de Azevedo, relator do documento, uma das medidas a serem tomadas, para a renovação educacional necessária, era uma mudança na formação dos professores. Para Azevedo, o professor necessitava de uma cultura múltipla, que lhe possibilitasse acesso ao conhecimento dos homens e da sociedade, para perceber o papel da escola e sua função, função esta que, deveria servir aos interesses do indivíduo e não de classes sociais. Assim o professor “[...] poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação.” (AZEVEDO, 1932, p. 35).

Nessa época de instabilidade política, “[...] a geração de técnicos de ensino formada na década anterior assenhora-se da Diretoria Geral da Instrução Pública [...]” (MONARCHA, 1999, p. 327). Lourenço Filho assume o cargo de Diretor da Instrução Pública de São Paulo, de 27 de outubro de 1930 a 23 de novembro de 1931), promove uma remodelação técnica e administrativa, reorganiza a Diretoria Geral da

Instrução Pública, mudando-lhe inclusive a sua denominação para Diretoria Geral do Ensino. Reorganiza também, o ensino normal.

Dentre o programa de organização técnica, foi criado, em 1930, o Serviço de Assistência Técnica. Para o reformador do ensino, era necessário um novo projeto conectado as novas finalidades da educação.

Para um Brasil novo, uma escola nova. Nova, antes de tudo, pela reforma de sua finalidade. A escola publica não pode continuar a ser um aparelho formal de alfabetização, ou simples machina que prepare alumnos para certificados de exames e de conclusão de curso, segundo programmas elaborados em abstracto, para uma criança ideal, que não existe, programmas que têm sido os mesmos, para a praia e para o sertão, para o planalto do café, e as barrancas do Paraná. Tem que ser um organismo vivo, capaz de reflectir o meio, nas suas qualidades, e de cooperar para a melhoria dos costumes. Tem que ser órgão de adaptação e de coordenação. De adaptação, pelo interesse em afeiçoar a intelligencia infantil aos problemas de seu ambiente proprio [...]. (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 3).

A concepção escolanovista dos manuais de ensino de Geografia

A concepção pedagógica dos manuais de ensino de Geografia, do primeiro terço do século XX, está atrelada aos princípios da didática do movimento da Escola Nova.

Os princípios da Escola Nova⁶, fruto da visão técnico-científica, de acordo com Ferrière (1925, *apud* FOULQUIÉ, 1952, p. 87-96) são os seguintes:

1. A escola nova é um Laboratório de Pedagogia prática.
2. A escola nova é um internato.
3. A escola nova é situada no campo.
4. A escola nova agrupa os alunos em casas separadas.
5. A escola nova pratica o mais que pode a coeducação dos sexos.
6. A escola nova organiza trabalhos manuais.
7. A escola nova atribui importância especial: à marcenaria, à cultura do solo, à criação.
8. A escola nova provoca nas crianças trabalhos livres.
9. A escola nova assegura a cultura do corpo pela ginástica natural.
10. A escola nova cultiva as viagens a pé ou de bicicleta, com acampamento em barracas e cozinha ao ar livre.
11. A escola nova entende por cultura geral a cultura do juízo e da razão.
12. A escola nova junta à cultura geral uma especialização.
13. A escola nova baseia seu ensino em fatos e em experiências.
14. A escola nova recorre à atividade pessoal da criança.
15. A escola nova estabelece seu programa sobre os interesses espontâneos da criança.
16. A escola nova recorre ao trabalho individual dos alunos.
17. A escola nova recorre ao trabalho coletivo dos alunos.
18. Na escola nova o ensino propriamente dito é limitado à manhã.

⁶ Trata-se de uma escala de trinta pontos que definem os princípios gerais da Escola Nova, quanto à organização geral das escolas e à formação intelectual e moral dos alunos. Esses trinta pontos foram agrupados em 1921, quando da realização de uma reunião, realizada em Calais, e organizada pelo *Bureau International des Écoles Nouvelles*, com sede em Genebra, conforme Foulquié (1952, p. 86).

19. Na escola nova estudam-se poucas matérias por dia.
20. Na escola nova estudam-se poucas matérias por mês ou por semestre.
21. A escola nova forma em certos casos uma república escolar.
22. Na escola nova procede-se à eleição dos chefes.
23. A escola nova reparte entre os alunos os encargos sociais.
24. A escola nova age por meio de recompensas ou sanções positivas.
25. A escola nova age por punição ou sanções negativas.
26. A escola nova emprega a emulação.
27. A escola nova deve ser um ambiente de beleza.
28. A escola nova cultiva a música coletiva.
29. A escola nova promove a educação da consciência moral.
30. A escola nova promove a educação da razão prática.

No manual *Methodologia do ensino geographico* (1925), Delgado de Carvalho divide o texto em três partes, sendo a que segunda delas é dedicada "A orientação moderna" e a seguinte aborda "Os processos didacticos". Nelas observamos nitidamente pontos de congruência entre os princípios escolanovistas e a orientação moderna para o ensino de Geografia, especialmente nos seguintes pontos: "A escola nova cultiva as viagens a pé ou de bicicleta, com acampamento em barracas e cozinha ao ar livre"; "A escola nova baseia seu ensino em fatos e em experiências"; "A escola nova recorre à atividade pessoal da criança"; "A escola nova estabelece seu programa sobre os interesses espontâneos da criança"; "A escola nova promove a educação da consciência moral; e "A escola nova promove a educação da razão prática".

Assim, a didática da Escola Nova, demonstrada no manual de Delgado de Carvalho e nos demais impressos representativos do período, pode ser representada resumidamente pela:

- crítica a característica descritiva e mnemônica baseada nas prerrogativas de um ensino tradicional;
- necessidade de despertar na criança o desejo de aprender, que requer um ambiente facilitador da aprendizagem, que pode ser criado por meio de atividades interessantes, até mesmo em ambientes externos à sala de aula;
- importância das bases psicológicas relativas à maturidade e ao interesse da criança; e
- utilização de materiais e recursos didáticos atraentes são auxiliares ao ensino dos conceitos geográficos, como por exemplo, a fotografia e as gravuras.

A metodologia de Delgado de Carvalho, considerava a necessidade de o ensino de Geografia objetivar que o aluno construísse uma determinada imagem do território nacional, com destaque às diferenças entre cada região. Desta forma, apontava para o estudo do Brasil pela divisão regional utilizando a "região natural" como categoria de análise geográfica.

A "região natural" é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e a investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível o jogo natural das forças em presença e collocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do factor humano nella representado. (CARVALHO, 1925, p. 82).

Tamãna importância obteve esta proposta de Carvalho que está presente até nossos dias nos "guias" dos professores, a citar o exemplo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2009), que quando apresenta orientações para o ensino da temática "divisão regional do Brasil", evoca no material didático destinado aos docentes e denominado *Caderno do professor*, como está demonstrado nas páginas 29 e 31, a proposta de que os docentes apresentem a "divisão regional em diferentes épocas", incluindo a proposta de alguns autores e instituições, entre eles a de Delgado de Carvalho, datada de 1913. Há indicação para que o professor explore semelhanças e diferenças com relação à divisão atual do território brasileiro, aplicando um exercício de comparação com a atual divisão regional do Brasil, o *Atlas geográfico escolar* publicado no ano de 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As respostas do exercício devem evidenciar as semelhanças do pensamento do autor citando que "Estabelece como limite das regiões as fronteiras dos Estados. Mesmo número de regiões." (p. 31). Sobre as diferenças podem registrar que Delgado de Carvalho propôs "Critério de divisão com base na Geografia física. Insere São Paulo na região sul e cria a região Leste com Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Sergipe". (p. 31).

Percebe-se desta forma, que o pensamento escolanovista de Delgado de Carvalho se mantém vivo e não passa despercebido quando a temática de ensino requer contextualizar as diferentes propostas de divisão regional de diferentes épocas.

Considerações finais

Pelo exposto até aqui, encontramos nos manuais de ensino de Geografia importantes fontes e objetos de pesquisa. Os manuais de Carvalho, Proença e Toledo destacaram-se no primeiro terço do século XX por divulgar e comunicar oficialmente, assim como também inculcar na cabeça dos professores a ideia de que a "nova" maneira de se pensar o ensino era a correta, eficaz e eficiente porque científica.

Enquanto elemento de constituição da disciplina Geografia, o caráter de roteiro de conteúdos de ensino contidos nos manuais, operou como estratégia de

transformação da prática docente ao longo do tempo. Assim, no passado recente as orientações legitimaram-se como “[...] um saber pedagógico de tipo novo, moderno, experimental e científico.” (CARVALHO, 2001, p. 139).

Por fim, os manuais da linha escolanovista expressam saberes metodológicos e princípios pedagógicos indispensáveis à prática docente da Geografia. Cabem novas investigações, a luz da história cultural, para desvelar a relação desses saberes e princípios com o processo de aculturação da população brasileira.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. In: **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaedugeo.com.br>>

ANUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936). Secretaria da Educação e da Saúde Pública. São Paulo: Typ. Siqueira, 1936.

AZEVEDO, Fernando [et al]. **A reconstrução educacional no Brasil:** ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Modos de ler formas de escrever:** estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. p. 65-86.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: Pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). **Brasil 500 anos:** tópicos em História da Educação. São Paulo. Editora da USP, 2001. p. 137-167.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.2, 1990, p. 177-229.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico:** a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913-1942. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1995.

FOULQUIÉ, Paul. **As escolas novas.** Tradução de Luiz Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

LOURENÇO FILHO, M. B. A “Escola Nova”. In: **Escola Nova**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-7, out. 1930.

MARCÍLIO. Maria Luiza. História da escola em São Paulo e no Brasil. In: **SÃO PAULO.** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola:** os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru: EDUSC; Brasília: INEP, 2002.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão:** dimensões da modernidade brasileira – a Escola Nova. São Paulo: Autores Associados, 1989.

_____. **Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

- OLIVEIRA, Livia de. **Contribuição ao ensino de Geografia**. 1967. (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1967.
- PESSOA, Rodrigo Bezerra. **Um olhar sobre a trajetória da Geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de Ensino Médio sobre a Geografia atual**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. **Trajetoária da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil: 1972-2000**. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- _____. Tendências teórico-metodológicas e suas influências nas pesquisas acadêmicas sobre ensino de Geografia. In: **Terra Livre**, São Paulo, ano 21, v. 1, n.24, 2005.
- PONTUSCKA, Nídia Nacib. **Formação pedagógica do professor de Geografia e as práticas interdisciplinantes**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo (FE), 1994.
- ROCHA, Genilton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.
- SÃO PAULO**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno do professor: Geografia – 6ª série. São Paulo: SEE, 2009.
- SANTOS, Fátima Aparecida dos. **A Escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, 2005.
- VLACH, Vânia Rúbia Farias. **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1988.

Fontes Documentais

- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Methodologia do ensino geographico**: introduccção aos estudos de Geographia moderna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- PROENÇA, Antônio Firmino. **Como se ensina Geographia**. São Paulo Melhoramentos, [1928].
- TOLEDO, João. **Didactica**: nas escolas primárias. São Paulo: Livraria Liberdade, 1930.

Recebido em 20 de julho de 2014.

Aceito para publicação em 18 de novembro de 2014.